



Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 4

Aline Ferreira Antunes
(Organizadora)



Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 4

Aline Ferreira Antunes
(Organizadora)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Pluralidade de temas e aportes teórico-metodológicos na pesquisa em
história 4

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Aline Ferreira Antunes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P737 Pluralidade de temas e aportes teórico-metodológicos na pesquisa em história 4 / Organizadora Aline Ferreira Antunes. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-906-6

DOI 10.22533/at.ed.066211903

1. História. I. Antunes, Aline Ferreira (Organizadora). II. Título.

CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

O livro *Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Metodológicos na Pesquisa em História 2* está dividido em três volumes. Todos os capítulos tratam de temas relacionados à história do Brasil e ou geral.

Organizado em grandes temáticas, as obras trazem discussões sobre história, gênero e sexualidade; ensino de história em todos os níveis (educação infantil, educação básica e ensino superior); pesquisas historiográficas; capítulos sobre lutas pela terra no Brasil; estudos sobre gastronomia (brasileira e árabe); cinema; economia; imprensa; raça; memória; narrativas pessoais e estudos de personalidades; tecnologia; história e ciência, dentre outras temáticas.

Em suma a obra é uma grande possibilidade de descobrir o que se tem de novo e de velho na História, ou seja, os mais diversos trabalhos e temas pesquisados na historiografia.

No volume I encontramos artigos sobre o século XIX e XX no Brasil a respeito do nacionalismo, a construção da sociedade imperial e pensar a identidade nacional a partir de processos migratórios.

Além disto, capítulos dedicados a estudos com fontes de atas de conselhos em Sergipe, problematizações sobre o tráfico africano, fontes cinematográficas, testamentos e até mesmo fontes utilizadas para compreender o reinado de Ramessés III no Egito.

Por fim o primeiro volume se encerra com dois artigos sobre a Idade Medieval, um tratando de Beowulf e outro da Cocanha.

Já no volume II as temáticas mais amplas abarcam pesquisas sobre ensino de história, alguns trabalhos sobre história geral e também gastronomia. Iniciando com trabalhos sobre o PIBID e práticas avaliativas, o segundo volume traz capítulos que versam sobre a construção do processo ensino aprendizagem em História, refletindo sobre os desafios e algumas perspectivas. Além disto, um capítulo sobre a BNCC, atual e articulado às discussões presentes partindo da realidade posta na rede pública.

Em um segundo momento, o volume II traz amplas contribuições a respeito do ensino sobre a África em sala de aula bem como questões étnico-raciais e narrativas em disputa.

Seguindo o modelo do primeiro volume, este se encerra trazendo capítulos que versam sobre as mais diversas fontes de pesquisa em História, como arquivos públicos, periódicos, imprensa, literatura,

O livro termina com algumas reflexões a respeito da história da ciência e pesquisas sobre gastronomia.

O volume III dedica-se a reflexões sobre gênero em sala de aula, representações do feminino, o retrato da mulher na sociedade colonial brasileira, a insubmissão feminina e discursos contra hegemônicos e a sexualidade indígena. Este último capítulo faz a ponte com o tema seguinte: disputas sobre a terra no Brasil e na América do Sul.

Em seguida você encontra capítulos sobre religiosidade, sobre a arte de curar, história e memória e história oral. O livro encerra com artigos sobre a Ditadura civil militar no Brasil (1964-1985) e uma discussão sobre a esquerda brasileira.

Em suma, você tem em mãos três obras organizadas sobre os mais diversos campos, aspectos e áreas da historiografia brasileira e mundial. Aqui você encontrará capítulos que poderão contribuir para enlanguescer as pesquisas em História e também a partilha de experiências docentes nos mais diversos níveis de educação.

Espero que encontre nas leituras dos capítulos embasamento teórico metodológicos, amparo nas pesquisas e que esses capítulos contribuam para enriquecer o campo de ensino e pesquisa em História.

Agora que a profissão historiadora/historiador é regulamentada, precisamos investir ainda mais em pesquisas e divulgação destas pesquisas. Neste sentido a Atena Editora se compromete a dar visibilidade aos mais diversos temas que compõem esta obra dividida em três volumes.

Boa leitura!
Aline Ferreira Antunes

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| CAPÍTULO 1 | 1 |
| #EXPOSED: COMO A DISCUSSÃO DE GÊNERO EM SALA DE AULA PODE AJUDAR A COMBATER O ASSÉDIO SEXUAL NAS ESCOLAS | |
| Ortiz Coelho da Silva | |
| Janaína Guimarães da Fonseca e Silva | |
| Francisca Mariana Melo Silva | |
| DOI 10.22533/at.ed.0662119031 | |
| CAPÍTULO 2 | 17 |
| A COMISSÃO ESTADUAL DA LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA (LBA) E A ASSISTÊNCIA À SAÚDE INFANTIL NO PIAUÍ (1942-1945) | |
| Francilene Teles da Silva Sousa | |
| Joseanne Zingleara Soares Marinho | |
| DOI 10.22533/at.ed.0662119032 | |
| CAPÍTULO 3 | 31 |
| EDUCAÇÃO INFANTIL E FEMINISMO: UM ESTUDO DE CASO | |
| Paola Camila Branco Lucena | |
| DOI 10.22533/at.ed.0662119033 | |
| CAPÍTULO 4 | 37 |
| AS REPRESENTAÇÕES DO FEMININO EM RETRATOS FOTOGRÁFICOS DO ESTÚDIO REUTLINGER NOS TEMPOS DA BELLE ÉPOQUE (1900-1915) | |
| Marco Antonio Stancik | |
| Ana Regina Praxedes Fernandes | |
| DOI 10.22533/at.ed.0662119034 | |
| CAPÍTULO 5 | 45 |
| A MULHER NA SOCIEDADE COLONIAL BRASILEIRA: UM ENFOQUE EM MINAS GERAIS NO SÉCULO XVIII | |
| Alex Augusto de Souza | |
| DOI 10.22533/at.ed.0662119035 | |
| CAPÍTULO 6 | 54 |
| A SEXUALIDADE INDÍGENA NAS PERGUNTAS DE UM CONFESSIONÁRIO TUPI NO PARÁ DO SÉCULO XVIII | |
| Jaqueline Ferreira da Mota | |
| DOI 10.22533/at.ed.0662119036 | |
| CAPÍTULO 7 | 79 |
| MULHERES SEM TERRA INSUBMISSAS: REFLEXÕES SOBRE OS FEMINISMOS CONTRA HEGEMÔNICOS EM CONTEXTOS RURAIS EM UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL | |
| Flávia Pereira Machado | |
| DOI 10.22533/at.ed.0662119037 | |

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 8 | 94 |
| TERRA OU MORTE: AS DENÚNCIAS DAS FEDERAÇÕES CAMPONESAS E YANACONAS CONTRA AS FAZENDAS E O GOVERNO PERUANO, EXPOSTAS NO JORNAL UNIDAD (1960-1963) | |
| Marcos Marcial Matos Malpartida | |
| DOI 10.22533/at.ed.0662119038 | |
| CAPÍTULO 9 | 107 |
| A CABEÇA BRANCA DA HIDRA E SEUS PÂNTANOS: SUBSÍDIOS PARA UMA GEOGRAFIA DA HISTÓRIA DA AMAZÔNIA MARANHENSE, E PARA NOVAS PESQUISAS SOBRE COMUNIDADES INDÍGENAS, QUILOMBOLAS, E CAMPONESAS | |
| István van Deursen Varga | |
| Raimundo Luís Silva Cardoso | |
| DOI 10.22533/at.ed.0662119039 | |
| CAPÍTULO 10 | 120 |
| A DIOCESE DE ITAGUAÍ, A LUTA PELA TERRA E AS COMUNIDADES TRADICIONAIS NO LITORAL SUL FLUMINENSE ENTRE 1970 E 1990 | |
| Maria do Carmo Gregório | |
| DOI 10.22533/at.ed.06621190310 | |
| CAPÍTULO 11 | 132 |
| ENTRE A RELIGIOSIDADE E A INSURGÊNCIA: AS SANTIDADES INDÍGENAS NO BRASIL COLONIAL | |
| Juliana Mary Lourenço | |
| DOI 10.22533/at.ed.06621190311 | |
| CAPÍTULO 12 | 144 |
| MUDANÇAS NO CENÁRIO RELIGIOSO BRASILEIRO: A ASCENSÃO DO PENTECOSTALISMO, A REVERBERAÇÃO DA CRISE DO CATOLICISMO E A BUSCA MISSIONÁRIA CATÓLICA POR NOVOS FIÉIS (1950-2000) | |
| Derllânio Telecio da Silva | |
| DOI 10.22533/at.ed.06621190312 | |
| CAPÍTULO 13 | 154 |
| A ARTE DE CURAR (PRÁTICAS DE CURA) E SUA “CRIMINALIZAÇÃO” EM IRATI E MALLETT- PR - PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX | |
| Henrique Alexandro Senderski | |
| DOI 10.22533/at.ed.06621190313 | |
| CAPÍTULO 14 | 163 |
| “O QUE EU ME LEMBRO, EM PRIMEIRO LUGAR, EU NÃO SEI O PORQUÊ... OS AFOXÉS!” | |
| Alberto Bomfim da Silva | |
| Edson Farias | |
| DOI 10.22533/at.ed.06621190314 | |

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 15 | 177 |
| PROJETO DE EDIÇÃO DE LIVRO: MORRO DO PARAMIRIM, A VILA DE BREJEIROS E BARRANQUEIROS | |
| <i>Maria de Fátima Magalhães Mariani</i> | |
| <i>Leandro Magalhães Mariani</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.06621190315 | |
| CAPÍTULO 16 | 189 |
| MEMÓRIAS DA FACULDADE DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO (1808-1840) | |
| <i>Helber Renato Feydit de Medeiros</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.06621190316 | |
| CAPÍTULO 17 | 204 |
| NAS TRILHAS DA MEMÓRIA: LEMBRANÇAS ATUAIS DO REPERTÓRIO REPENTISTA DE ZÉ DA PRATA | |
| <i>Josi de Sousa Oliveira</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.06621190317 | |
| CAPÍTULO 18 | 219 |
| VISÕES DE UMA PEREGRINA: OS CAMINHOS ENTRE SAGRADO E PROFANO NA PEREGRINAÇÃO À CIDADE DE DIVINA PASTORA | |
| <i>Alice Batista Guimarães</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.06621190318 | |
| CAPÍTULO 19 | 231 |
| ENTRE A LEI E A TRIBUNA: O INÍCIO DA VIDA PÚBLICA DE JOAQUIM NUNES MACHADO (1834-1837) | |
| <i>Manoel Nunes Cavalcanti Junior</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.06621190319 | |
| CAPÍTULO 20 | 243 |
| LUIZ AUGUSTO MAY NA CAPITANIA DO GRÃO PARÁ E RIO NEGRO: ESTRATÉGIAS PARA A DEFESA DO DA REGIÃO (1813) | |
| <i>Myriam Paula Barbosa Pires</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.06621190320 | |
| CAPÍTULO 21 | 255 |
| KARL POPPER E A CIÊNCIA HISTÓRICA | |
| <i>Rafael Cavalheri Peres</i> | |
| <i>Diego Rodstein Rodrigues</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.06621190321 | |
| CAPÍTULO 22 | 263 |
| VELHOS DILEMAS, NOVOS PARADIGMAS: OS IMPACTOS DA DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS EM PESQUISAS SOBRE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA | |
| <i>Juliano Cabral Pereira</i> | |
| DOI 10.22533/at.ed.06621190322 | |

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 23 | 275 |
| O JORNAL <i>A LUTA</i> E O ANIVERSÁRIO DO GOLPE DE 1964 Caio Vinícius Silva Teixeira Claudia Cristina da Silva Fontineles DOI 10.22533/at.ed.06621190323 | |
| CAPÍTULO 24 | 288 |
| ESQUERDA POSITIVA OU ESQUERDA NEGATIVA? LEONEL BRIZOLA E SAN TIAGO DANTAS DURANTE O GOVERNO JOÃO GOULART (1961-1964) Marcelo Marcon DOI 10.22533/at.ed.06621190324 | |
| SOBRE A ORGANIZADORA | 298 |
| ÍNDICE REMISSIVO | 299 |

CAPÍTULO 6

A SEXUALIDADE INDÍGENA NAS PERGUNTAS DE UM CONFESSIONÁRIO TUPI NO PARÁ DO SÉCULO XVIII

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 21/12/2020

Jaqueline Ferreira da Mota

Escola Estadual de Ensino Médio Júlia
Gonçalves Passarinho – Anexo II, Secretaria
de Estado de Educação do Pará (SEDUC/PA),
Santarém, Pará
<https://orcid.org/0000-0003-0485-3062>

Este artigo é um trecho modificado de nossa dissertação de mestrado defendido em 2011 e nunca publicado: MOTA, Jaqueline Ferreira da. **As representações da sexualidade dos índios das missões do Pará em um manual de confesores tupi de 1751**. 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011

RESUMO: A pesquisa versa sobre a confissão católica realizada por missionários no Pará do século XVIII, tendo como fonte principal um confessionário manuscrito da língua tupi datado de 1751. Tanto no Novo Mundo como na Europa, os manuais de confissão eram organizados na forma de interrogatório estruturado pelos mandamentos do Decálogo. O fiel era interrogado sobre as formas pelas quais havia pecado, se por ação, palavra ou por pensamento. O trabalho de evangelizar em idioma nativo era previsto segundo os fundamentos teológico-políticos da era moderna. Para a Companhia de Jesus, a Palavra deveria ser veiculada “de boca a orelha”. A proposta de analisar uma documentação do

século XVIII reside em averiguar os ecos da doutrina cristã após um longo tempo de trabalho nas missões. O Pará estava entre as missões mais antigas e, por isso, contava com índios cristianizados e civilizados havia pelo menos dois séculos.

PALAVRAS-CHAVE: Manuais de confissão, Língua tupi, Pará, Catequese.

INDIGENOUS SEXUALITY IN THE QUESTIONS OF A TUPI CONFESSIONARY IN PARÁ OF THE EIGHTEENTH CENTURY

ABSTRACT: The research focuses on the Catholic confession made by the missionaries in the eighteenth century at Pará and has as main source a confessional manuscript dated 1751. Both Tupi in the New World and in Europe, the manuals of confession were organized in the form of structured questioning by the commandments of the Decalogue. The faithful were asked about the ways in which he had sinned, whether by action, word or thought. The work of evangelization in the native language was conceived by the political-theological foundations of the modern era. For the Society of Jesus, the Word should be transmitted “from mouth to ear”. The proposal to consider a documentation of the eighteenth century is to find out the echoes of the Christian doctrine after all that work in the missions. The Pará was among the oldest missions and therefore had Indians Christianized and civilized at least two centuries.

KEYWORDS: Manual of confession, Tupi, Pará, Catechesis.

1 | INTRODUÇÃO

Ao analisar dois documentos em português pertencentes ao acervo de Obras Raras da Fundação Biblioteca Nacional, o *Manual de confessores, & penitêtes* [...], de Martin de Azpilcueta Navarro e emendado por Rodrigo do Porto e o *Confissionario: assi util para los confessores* [...] de J. De Segura, ambos do século XVI, vi que ambos manuais de penitentes são estruturados de modo a orientar o confessor como proceder em situações que exigiam maior cuidado, como a situação de confessar mulheres e quantas vezes ministrar a confissão. Há também um detalhamento da postura do confessor em cada uma das fases do sacramento (contrição, confissão, satisfação) e as principais medidas a serem realizadas na aplicação da *Penitência*.

Os documentos em língua portuguesa nos permitem compreender ainda em que medida a teologia moral deveria ser adaptada não apenas às especificidades sul-americanas, mas também às realidades europeias, como tratamento diferenciado dado pelo confessor de acordo com o penitente. Seriam elas definidas por critérios quanto ao sexo e a idade? A confissão de mulheres e as questões relacionadas à dificuldade em realizar perguntas acerca do *Sexto mandamento* foram questões inquietantes para teólogos e especialmente para confessores.

Esta pesquisa, resultado de minha dissertação de mestrado, buscou comparar as adaptações feitas ao sacramento da penitência a ser aplicado entre grupos indígenas. A análise dos manuais de penitentes europeus, porém, levantou a questão sobre as adaptações tridentinas, realizadas ainda na Europa, em situações complicadas para o confessor.

A obra *Medicina Theologica, ou Suplica Humilde* (1794) é um tratado teológico de orientação do confessor na prática de seu ofício. O tratado considera o confessor como um médico e a confissão como o remédio para todos os males:

Este pensamento excitou em meu espírito hum desejo de remedio a tantos males, e a Confissão foi o que logo se offereceo como hum entre todos os mais proporcionado, e efficaz; porque descobrindo-se nella as chagas todas do coração humano facilmente são conhecidas, e podem ser inteiramente curadas pelos Médicos, que as observaõ e examinaõ em segredo. (ANÔNIMO, 1794)

No documento, o escriba relaciona doenças físicas a doenças da alma, estabelecendo uma relação de causa-efeito entre doenças físicas e pecados. Há ainda uma separação entre remédios físicos e remédios espirituais, constituindo o que ele chama de “Dietética Sagrada”. Como doenças principais figuram a lascívia, a cólera e a “bebedice”.

O tema da lascívia consta no *Vocabulário da língua brasílica* de 1751 no Sexto Mandamento da lei de Deus, “Não pecar contra a castidade”, bem como o tema da “bebedice”, em uma clara continuidade ou aplicação de questões da teologia nos manuais de confissão em uso no Pará setecentista.

Missionar no Pará do século XVII não foi obra fácil aos jesuítas. João Lúcio de Azevedo expõe que, além da oposição levada a cabo pelos colonos, descontentes por terem de compartilhar com os jesuítas a autoridade supostamente devotada aos brancos, esses missionários tiveram de enfrentar também a desconfiança dos indígenas:

De par com a hostilidade dos colonos, participavam os religiosos muitas vezes da animadversão dos índios convertidos, já naturalmente inclinados á desconfiança. As doenças que accometiam os neophitos, em razão da mudança de vida e costumes, e pela comunicação com os europeus, attribuiam-nas a malefícios dos padres. (AZEVEDO, 1901, p. 39)

As primeiras missões jesuíticas no Pará datam do século XVII. Segundo Serafim Leite, o primeiro jesuíta a pisar em “terras paraenses” foi Luiz Figueira, em 1636. As missões iniciariam em 1653 com o Padre João de Souto Maior.

Em abril de 1636, sim, estava Figueira no Pará, onde muitos moradores pediram a sua permanência, fazendo então o Procurador aquela e outras alegações, que o Padre já esperava. Aliás Figueira, na sua volta de Camutá foi recebido e tratado fidalgamente em Belém antes de voltar ao Maranhão e seguir para Lisboa. Depois de Luiz Figueira passaram pelo Pará, os dois jesuítas Cristóvão de Acuña e André de Artieda, descidos de Quito com Pedro Teixeira, e, enfim, em 1653 os Padres João de Souto-Maior e outros por ordem do P. Antônio Vieira, e ainda nêsse ano o mesmo Vieira. Com êles começou na realidade o estabelecimento da Companhia de Jesus no Pará”. (LEITE, 2000, p.207)

Figueira foi precursor de João de Souto Maior e Antônio Vieira, que chegaram ao Pará em 1653. O trabalho catequético iniciou-se na Ilha de Marajó e teve como protagonistas não apenas índios tupinambá, mas também *nheengaíba*. Leite afirma que na Ilha de Joanes, os trabalhos jesuíticos ocorreram em três etapas: redução dos principais habitantes da ilha (*Nheengaibas*), administração da ilha e busca por recursos econômicos para suprir as necessidades da catequese. (LEITE, 2000, p. 207; pp. 235-236)

Quanto à região oeste do Estado, a primeira catequese da aldeia de Gurupatuba data de 1657, com os padres Francisco Veloso e Manuel Pires.¹ O Rio Negro recebe os primeiros jesuítas em 1658. Vieira vai ao rio Tapajós em 1659. Já em 1660, os jesuítas sobem o rio Amazonas, e em 1661, João Filipe Bettendorff vai ao Tapajós e passa pela aldeia de Gurupatuba. (LEITE, 2000, pp. 267-269). Nesse sentido, *O Vocabulário da língua brasileira* de 1751 “carrega” pelo menos um século de experiência dos jesuítas nas missões do Pará. Os índios que provavelmente receberam os preceitos da doutrina em 1751 podem assim ser considerados índios cristãos, tendo supostamente um domínio das orações, do decálogo e das principais regras da doutrina cristã, como a monogamia e ciência das práticas sexuais condenadas. Porém, a análise do Sexto Mandamento mostra que os pecados *nefandos* ainda são matéria de uma seção do confessionário.

1. A aldeia de Gurupatuba foi elevada à categoria de vila em 1758 passando a ser chamada de Monte Alegre, nome atual do município paraense.

Não apenas o ato sexual em si configura infração ao Sexto Mandamento. A *Conducta de Confessores no Tribunal da Penitencia* [...] afirma que

Offende-se este Preceito por todas as faculdades, e potencias da alma: pela memoria, comprazendo-se com a lembrança das desordens passadas: pelo entendimento, detendo-se voluntariamente nos pensamentos, e imaginações torpes, que lhe ocorrem: pela vontade, consentindo nos movimentos desordenados do amor, do desejo, do gosto, do pezar, e outros semelhantes, que a inclinação, que a natureza tem a este horrivel peccado, faz nascer no coração humano. (BORROMEU, 1794, pp.144-147)

Esse “horrível pecado” ainda pode ser cometido através de todos os sentidos: visão, audição, tato, gosto e cheiro. No entanto, os *confessionários* setecentistas, em geral, não trazem perguntas sobre o cheiro, priorizando os outros sentidos. Intitulado “*Confissionario [...] da Lingoa Geral p.^a seconfessar por elle emcazo de Necessid.e*”, o *confessionário* da obra de 1750 inicia no fôlio 381. O “*Seixto Mandamnt.º*”, com 68 perguntas, classificadas por sexo, reserva um menor número para os homens: apenas 33. Uma especificidade desse manuscrito é que, diferentemente do documento de 1751,² traz ao lado do grande título “*Seixto Mandamnt.º*”, a explicação “*P.^a homens*”.

O documento de 1751 não traz essa explicação, mas sabemos que as perguntas são direcionadas a penitentes homens pela interpretação do conteúdo. Comparando os dois textos passo a passo quanto ao Sexto Mandamento, iniciando a exposição pelas perguntas direcionadas aos homens, tal como aparecem em ambos os manuscritos, tem-se a sequência que será apresentada adiante, segundo os pecados da castidade.

2 | O SEXTO MANDAMENTO TUPI SEGUNDO OS PECADOS DA CASTIDADE

A situação de pecado contra o Sexto Mandamento seria agravada caso os envolvidos fossem parentes, o que configuraria cópula incestuosa, ou se a cópula envolvesse práticas sodomíticas, característica do pecado contra a natureza. Essas são situações que envolviam a cópula carnal real ou pecado por ação. Porém, como se sabe, era possível ainda pecar por palavras ou por pensamentos. As modalidades de **pecados da castidade** são sete, segundo Bluteau:

Luxúria: Hum dos sete peccados mortaes, em que se comprehende tudo o que toca ao vicio da impudicia. Segundo S. Thomas, saõ sete as espécies de luxuria, a saber, simplez fornicação, estupro, adultério, sacrilégio, rapto, incesto, & peccado contra a natureza, que he sodomia, ou bestialidade. A luxuria he o mais brutal dos appetites humanos. (BLUTEAU, 1712-1728, p. 212)

Lagarra afirma que são dez as espécies:

2. A tradução do Sexto Mandamento apresentada neste artigo é de Ruth Monserrat, retirada de nossa dissertação.

P. Quantas são as espécies da luxúria? R. Que são seis naturais, e quatro *contra naturam*. As naturais são: *Simplex fornicatio, adulterium, stuprum, incestus, raptus, sacrilegium*. As espécies *contra naturam* são *pollutio, sodomia, bestialitas, & diversa corporum positio*. (LAGARRA, 1735, pp.343-344)

O primeiro pecado da castidade, segundo Bluteau, é a fornicação simples. Por fornicação simples, entenda-se a relação sexual entre um homem e uma mulher solteira sem qualquer vínculo de parentesco e sem circunstância agravante, como o fato da mulher ser virgem, ou quando a relação sexual é contra a vontade da mulher. Azpilcueta Navarro afirma que incidem em pecado mesmo aqueles que declararem não ter conhecimento da proibição.

Por este mandamêto nos defende nosso Senhor toda copula carnal fora do legitimo matrimonio, ainda que seja sempre fornicaçã, ~q he a de solteyro cõ solteyra, tanto, que dizer ho contrayro, he heregia, como ho declarou ho concilio de viena. Nẽ escusa de peccado, a ignorancia disto, nem menos ainda que a copula seja cõ molheres pubricas. (PORTO, 1552, p.184)

Nessa modalidade de pecado, os manuscritos setecentistas apresentam 8 perguntas, descritas abaixo.

(H.11)³ [1750] P. Eicobê ericô amô?

[1751] P. Aicobê ericô amô?

Porventura copulaste com alguma (mulher)?

(H.12) [1750] P. Eericô Mendaçãra yma amô?

[1751] P. Eericô mendaçareyma amô?

Copulaste com uma não casada?

(H.15) [1750] P. Eericô cerayma amô?

[1751] P. Eericô cérayma amô?

Copulaste com uma pagã, uma sem nome?

(H.16) [1750] P. Eericô cerã cunhã amô nde oataçãba rupi?

[1751] P. Eericô cerã cunhã amô, nde oataçãba rupi?

Por acaso copulaste com uma mulher em tuas andanças? (MOTA, 2011, pp. 119-120)

3. Os números entre parênteses indicam o número da pergunta na sequência em que aparecem no *Vocabulário da língua brasileira* de 1751 e na *Gramática da Língua geral do Brasil* de 1750. Nos documentos originais, não há numeração. As letras “H” referem-se às perguntas feitas aos homens e “M” às mulheres, convenção adotada em nossa dissertação de mestrado.

A pergunta de número 11 é a primeira a ser direcionada a um homem solteiro. O *Confessionario* prioriza a aplicação do sacramento da penitência a indígenas casados. As quatro perguntas acima buscam exatamente verificar se houve a “fornicação de solteiro com solteira”, estando suposta uma gradação na gravidade dos pecados. Nesse caso, o indígena teria uma pena pelo pecado de manter relações sexuais fora do casamento. Porém, as duas últimas perguntas visam investigar ainda se a cópula havia sido feita entre um índio cristão e uma mulher pagã. O *Catecismo Brasílico* de Antônio de Araújo, em sua seção acerca dos impedimentos de matrimônio, afirma que o casamento de um cristão com um pagão é nulo: “*Omendá tenhê reroc-îpîra ceroc-ipîreîma recè: ymenda rirê y aipeânhê cenonhenetebo, emonã cecô agoêra recè. (Em vão é o casamento do cristão com o que não o é: hão de ser apartados, e o cristão castigado)*”. (ARAÚJO, 1618, pp. 267-274)

As perguntas do Sexto Mandamento direcionadas às mulheres mostram que, não apenas o casamento entre cristãos e pagãos era proibido, mas também o intercuro sexual.

(M.11) [1750] P. Aicobê erericô amô?

[1751] P. Aicobê erericô amô?

Eis que copulaste com algum (homem)?

(M.12) [1750] P. Eericô Mendaçareýma amô?

[1751] P. Eericô mendaçareýma amô?

Copulaste com um não casado?

(M.13) [1750] P. Eericô ceraeýma amô?

[1751] P. Eericô céraýma amô?

Copulaste com um não-batizado [sem-nome]?

(M. 28) [1750] P. Eericô carýba amô?

[1751] P. Eericô carýba amô?

Copulaste com algum branco? (MOTA, 2011, pp.125-126;128)

As perguntas direcionadas às mulheres seguem a mesma linha de questionamento pelo confessor. As mulheres são questionadas se copularam com algum homem, se ele era solteiro e se era pagão. Diferentemente do que ocorrera com índios homens, a ela não se perguntava se havia copulado com um cristão, mas com um branco: na situação colonial, todo branco é cristão. Mas é provável que, além disso, o confessor suposto devesse investigar relações de compadrio por meio de casamentos entre indígenas e europeus.

A segunda classificação de pecados da castidade é o adultério. “He adulterio quando hũ soo delles ou ambos são casados” (PORTO, 1552, pp.185). Nos manuscritos, o tema do adultério aparece em 16 perguntas.

(H. 01) [1750] *P. Eericô cunhãm amõ, nderemicõ çuî?*

[1751] *P. Eericô cunhãm amõ nde remiricõ çuî?*

Copulaste com alguma mulher que não tua esposa?

(M. 01) [1750] *P. Eericõ apyába amõ?*

[1751] *P. Eericõ apyába amõ nde mena çuî?*

Copulaste com outro homem que não o teu marido?

(H. 02) [1750] *P. Mendaçãra, ou Mendaçãrareýma?*

[1751] *P. Mendaçara ou mendaçareýma?*

Casada ou solteira?

(M. 02) [1750] *P. Mendaçãra, ou Mendaçãra reýma?*

[1751] *P. Mendaçãra, ou mendaçareýma?*

Casado ou não casado?

(M.33) [1750] *P. Erecinõî cunhá amõ nde mēna çupê?*

[1751] *P. Erecenõî cunham amõ nde mena çopê?*

Chamaste alguma mulher para teu marido?

(M.34) [1750] *P. Eremonetã cunhá amõ ou cunhatém amõ amõ abã, cupê oarãma nde jecuãî ramê, cecê oarãma?*

[1751] *P. Eremonguetã cunham amõ, ou cunhatém amõ, amõ abã çupê oarãma, nde jecuai ramê cecê oarãma?*

Convenceste (aliciaste) alguma mulher, ou alguma moça, para alguém, para te favoreceres através disso? (MOTA, 2011, pp. 54-55)

Essa parte dos “*Confissionarios*” inicia pressupondo ser o penitente casado. Diz Anchieta, dois séculos antes, que os indígenas não tinham obrigação de casamento entre si e tinham, quando casados, “congressos” com outros parceiros, por vezes também casados, sem que tivessem a ordem do lar afetada por tal “infidelidade”.

Os índios do Brasil parece que nunca têm animo de se obrigar, nem o marido á mulher, nem a mulher ao marido, quando se casam: e por isso a mulher nunca se agasta porque o marido tome outra ou outras, reste com ellas muito ou pouco tempo, sem ter conversação com ella, ainda que seja a primeira; e ainda que a deixe de todo, não caso d'isso, porque se é ainda moça, ella toma outro, e se é velha assim se fica sem esse sentimento, sem lhe parecer que o varão lhe faz injuria n'isso, sobre tudo se isso o serve e lhe dá de comer, etc. (ANCHIETA, 1846, pp. 254-255)

As próximas perguntas fazem sentido apenas quando o penitente índio cometeu o pecado de adultério. Quando ele não é casado, ainda comete pecado de adultério, caso seu parceiro sexual seja ligado a alguém pelo laço do matrimônio. O confessor deve perguntar se o homem copulou com “*cunhám amõ*” (em português, “alguma mulher”), e se a mulher copulou com “*apyába amõ*” (“algum homem”). Não aparece a categoria “*agoaçã*”, utilizada pelos jesuítas para designar aquela que eles consideravam a amante do índio ou o mancebo da índia, como se lê em Anchieta:

Agoaçã, que é nome commum a homem e mulher, significa barregão ou manceba commum a qualquer homem ou mulher, ainda que não tivesse com elle ou com ela mais que um só congresso; e com as taes andam ás escondidas (como se faz em todo o mundo). (ANCHIETA, 1846, p.257)

Navarro recomenda aos confessores que solicitem aos penitentes que expliquem as circunstâncias nas quais cometeram seus pecados: “Se houve copula carnal fora de legitimo matrimonio, diga quantas vezes e a qualidade das pessoas [...]” (PORTO, 1552, p.186). Porém, as orientações dadas aos confessores em 1751 consistem em alertas sobre as dificuldades que enfrentarão ao seguirem a recomendação de Navarro: “Também te advirto, q nunca preguntes aos Indios q se confessaõ, numero certo de seus pecados, em q.alquer especie, q seja porq he infalivel o mentirem, no q resp.ta ao numero dellas, pois são taõ miseraveis e rusticos em semilhantes ocazioes (...)”. (ANÔNIMO, 1751, fólhos 84-85)

A “rusticidade” dos índios levou os confessores a buscarem alternativas para realizar a quantificação dos pecados, como se lê nas perguntas seguintes:

(H.05) [1750] P. *Mobÿr⁴ eĩ tã erericõ?*

[1751] *Mobÿr eĩ tã erericõ?*

Quantas vezes copulaste [com ela]?

(M.05) [1750] P. *Mobÿr eii tã erericõ?*

[1751] P. *Mobÿr eĩ tã erericõ?*

4. O acento circunflexo consta no manuscrito como pertencente ao *r*. Claramente trata-se um lapso, pois ele pertence ao *y*.

Quantas vezes copulaste (com ele)?

(H.06) [1750] *P. Eericō āra jabē jabē, ou amō ramēnhōte?*

[1751] *P. Eericō āra jabē jabē ou amō ramê nhôte?*

Copulaste todos os dias ou só de vez em quando?

(M.06) [1750] *P. Eericō āra jabē jabē, ou amō ramēnhōte?*

[1751] *P. Eericō āra jabē jabē, ou amō ramê nhôte?*

Copulaste (com ele) todos os dias ou só de vez em quando? (MOTA, 2011, p. 56)

Algumas perguntas possuem uma ligação com o tema do adultério, mas não explicitamente. A pergunta de número 07 insinua que o penitente pode provocar “irritação” no seu cônjuge devido a uma relação fora do casamento.

(H.07) [1750] *P. Eremopyā yba, óu erericō aýba nde remiricō imoā, imōā cunhām recê?*

[1751] *P. Eremopyaýba, ou erericō aýb nde remiricō cunhām recê?*

Irritaste ou trataste mal tua esposa por causa dessa mulher?

(M.07) [1750] *P. Eremopyaýba, ou erericō aýba ndemēna imōā apýaba recê?*

[1751] *P. Eremopyaýba, ou erericō aýba nde mena imoā apyaba recê?*

Irritaste teu marido ou o trataste mal por causa dele? (MOTA, 2011, pp.56)

A pergunta número 08 nos leva a inferir que o confessor buscava saber se o índio era um reincidente na prática do adultério, questionando se, em outras confissões, já havia sido repreendido e alertado quanto àquela relação.

(H.08) [1750] *P. Opoír ucār oāne indēbo Paý, imōā cunham çuí?*

[1751] *P. Opoír ucār oāne indēbo Pay imoā cunhām çuí?*

O padre já mandou que tu te abstivesses dessa mulher?

(M.08) [1750] *P. Opuír ucār oāne indēbo Paý imōā apýaba çuí?*

[1751] *P. Opuír ucār oāne indēbo Pay imoāa apyába çuí?*

O padre já mandou que tu te abstivesses desse homem? (MOTA, 2011, p.57)

As perguntas 09 e 10 nos levam a considerar que, para os jesuítas, os jogos “amorosos”, como troca de presentes, deveriam ser combatidos quando ligados à prática do adultério. Florestan Fernandes afirma que, segundo o costume tupinambá, uma mulher poderia chamar outras índias para viverem maritalmente na oca onde passavam a habitar com seu marido. Uma das vantagens para a mulher era o aumento do número de mulheres no lanço onde habitavam, e, conseqüentemente, a divisão do trabalho doméstico,

Na realidade, é provável que Thevet se referisse à primeira espôsa. Como foi visto, esta às vêzes tomava a iniciativa de conseguir novas mulheres para o seu marido e em geral era mais velha, gozando por isso de maior autoridade e de maior prestígio. Podia, mesmo, na qualidade de predileta, governar ‘as outras como uma senhora às suas servas’”. (FERNANDES, 1963, p.247)

A divisão de trabalho por sexo já havia sido enfatizada por Nóbrega, desde o século XVI, que havia organizado uma leva de mulheres para que morassem na aldeia junto aos homens, porque de outra forma eles não teriam como sobreviver, uma vez que o trabalho de “fazer roças” cabia exclusivamente às mulheres. (NÓBREGA, 2000, p.141)

(H.09) [1750] *P. Eremeẽngmiẽng mbaẽ ixupẽ?*

[1751] *Eremiẽng miẽng mbaẽ ixupẽ?*

Ficaste dando coisas a ela?

(M.09) [1750] *P. Eremeẽng ixupẽ, mbãe merĩm merĩm erericõ oãe?*

[1751] *P. Eremeeng ixupé mbaê mirim mirim erericô â?*

Deste a ele coisa pequenina que tinhas?

(H.10) [1750] *P. Erejemocoãr purỹ cecẽ nderemiricõ çuí?*

[1751] *P. Erejemocoár purýb cecê nde remiricô çuí?*

Negociaste vantagens com tua mulher por causa disso?

(M.10) [1750] *P. Erejemocuãr purýb cecẽ, nde mẽna çuí?*

[1751] *P. Erejemocoár porýb cecê nde mena çuí?*

Negociaste vantagens do teu marido por causa disso? (MOTA, 2011, p.57)

Quanto ao incesto, o penitente o cometia quando realizava intercurso sexual com parentes tanto consanguíneos como espirituais (compadres entre si, padrinhos e afilhados) e também parentes afins (cunhados), ou ainda no caso de mulheres que viessem a copular com padres. “He incesto, quãdo são parentes, ou cunhados: ou quando hũ delles he

religioso, professo ou de ordem sacra, ou são compadres, ou padrinho cõ afilhada, ou filha spiritual, ou se ho cometeo em lugar sagrado”. (PORTO, 1552, p.185). São poucas as perguntas sobre incesto nos confessionários do Pará setecentista. É provável que esse aparente “descaso” quanto a casamentos incestuosos nesses confessionários advenha dos pedidos de dispensa, que tomaram lugar já no século XVI.

Nesta terra há muitos homens que estão amancebados e desejam casar-se com elas e será grande serviço de Nosso Senhor. Já tenho escrito que nos alcancem do Papa facultade para nós dispensarmos em todos estes casos, com os homens que andam nestas partes de infiéis. Porque uns dormem com duas irmãs e desejam, depois que tem filhos de uma, casar-se com ela e não podem. Outros têm impedimentos de afinidade e consanguinidade, e para tudo e para remédio de muitos se deveria isto logo impetrar para o sossego e quietação de muitas consciências. (NÓBREGA, 2000, pp.185)

O manual teológico de Navarro explicita que o intercurso sexual com religiosos configura pecado de incesto, bem como relações sexuais em locais sagrados. Nesses confessionários, o verbete “padre” é traduzido por meio do empréstimo “*pay*”. A índia é questionada se havia copulado com padre, seu “pai” espiritual.

(M.26) [1750] *P. Eericô cerã Paÿ amô?*

[1751] *P. Eericô cerã Pay amô?*

Por acaso copulaste com algum padre? (MOTA, 2011, p.128)

Uma carta de Nóbrega dirigida ao padre Simão Rodrigues, datada de 1552, expõe a situação estabelecida entre os brancos e as índias escravas com que “pecavam”, sendo por vezes absolvidos por alguns padres.

Alguns escravos destes que fiz mercar pera a casa são femeas, as quais eu cassei com os machos e estão nas roças apartados todos em suas casas (...) Ha causa porque se tomarão femeas hé porque doutra maneira não se pode ter roças nesta terra, porque as femeas fazem a farinha e todo o principal serviço e trabalho hé dellas, os machos somente roçam e pescam e cação e pouquo mais. E como nesta terra os mais homens sejam solteiros e tem escravas com que peccam, os quais não absolvemos sem [que] primeiro as não apartam de si, e elles achão outros Padres que os absolvem, tomão ocasião de dizerem que tãobem nós temos escravas, que se não escusão. (NÓBREGA, 2000, p.141)

No que diz respeito ao estupro, há apenas uma pergunta relacionada ao tema nesses manuais. Era considerado estupro quando havia relação sexual com virgem, e segundo o manual de Rodrigo do Porto, “He stupro, quando he peccado especial, por rezam do quebrantamento do sello virginal” (PORTO, 1552, pp.185-186). Pela teologia de Navarro, violar o hímen de uma mulher configurava pecado por estupro. Dessa forma, trata-se de uma pergunta dirigida apenas aos homens.

Os missionários utilizaram a concepção nativa de “*mombúc*” (“furar”) para traduzir em tupi a ideia de defloramento. “Deflorar” uma mulher seria “furar” uma mulher. A *Grãmatica da Língua geral do Brazil* de 1750 traduz “furar” como “*mombúca*” e “furo” como “*coara*” (ANÔNIMO, 1750, fôlio 300). O *Diccionario da Língua Geral do Brasil. Escrito na Cidade do Pará. Anno de 1771* traz “virgem” como “*cunham coareyma*”, ou, em outras palavras, mulher sem buraco.

(H.13) [1750] *P. Eremombúca cunhatêm amô?*

[1751] *P. Eremombúca cunhatêm amô?*

Defloraste [furaste] alguma moça? (MOTA, 2011, p.120)

O rapto ocorre quando a relação sexual é feita por força, o equivalente ao estupro nas sociedades contemporâneas. Porto afirma que “He rapto, quando forçosamente contra sua vôtade (...)” (PORTO, 1552, fôlio 186). A pergunta sobre rapto é feita sequencialmente à pergunta sobre estupro. O rapto é caracterizado pela cópula à força, sendo a mulher virgem ou não. A pergunta de número 14, no entanto, mostra-se ambígua quanto ao objetivo do confessor. Caso o penitente tenha deflorado a mulher, em qualquer situação, considera-se que o penitente pecou por estupro, o qual exige defloramento. O rapto não pressupõe um defloramento. Pressupõe uma cópula por força. A pergunta permite que o penitente responda “sim” ao ser questionado sobre a vontade da mulher na consumação do ato sexual. Na situação em que a mulher consinta, não há rapto, e, na hipótese de que tenha sido deflorada, ainda que por sua vontade, configura-se pecado por estupro.

(H.14) [1750] *P. Oacýpe eremumbúca, ou cemimotãra rupî?*

[1751] *P. Oacýpe eremombúca ou cemimotãra rupî?*

Tu a defloraste à força ou com o consentimento dela? (MOTA, 2011, fôlio 120)

Além das modalidades citadas, os pecados da castidade são classificados quanto às circunstâncias, como pecados por palavra ou por pensamento. Por meio de palavras, o índio poderia manifestar desejos recônditos em relação ao sexo oposto e, desta forma, incorrer em pecado.

(H.30) [1750] *P. Eremoçarãi ramê, nderapixãra etã irunãmo, erenheëng ixupê, aricõ racõ kyuũm?*

(H.31) [1750] *P. – çupî rupî, ou gereragoãya rupî?*

[1751] *P. Eremoçarai ramê nde rapixãra etã erúnamo, erenheëng ixypê,*

aricô racô kyuum? çupî rupî, ou gereguáya rupî?

Quando brincas com teus companheiros, dizes a eles “eu copulei”[kyuum]?
De verdade ou de mentira?

(M. 25) [1750] *P. Eremoçārai ramê, nde rapixāra etā irunāmo, erenheēng ixupê aricô racô xerî, ajubête, moçarāya rupî nhôte?*

[1751] *P. Eremoçarái ramê nde rapixára etā irúnamo, erenheéng ixupê, arico racô xerî, ajubête moçaráya rupî nhôte?*

Quando estavas brincando com tuas companheiras, falaste para elas, ainda que só por brincadeira “eu copulei com esse”?

(M. 27) [1750] *P. Eremombeū coitê, nde rapixāra etāçupê ndejemopyning potār recê?*

[1751] *P. Eremombeū coitê nde rapixára etā çupî: nde jemopirîng potār recê?*

Contaste [depois] para tuas companheiras, te arrepiando com desejos?
(MOTA, 2011, fólio 60)

Os pecados por pensamento são expressos por meio da metáfora “falar apenas com o seu coração”, ou seja, “falar para si mesmo”, desejar apenas no seu íntimo.

(H.32) [1750] *P. Erejemotār etê amô ramê cunhá recê nde pyã pe nhôte, nitio recê, ericô cunhá nde robakê, eremonhāng arāma, nde rimimotāra?*

(H.31) [1751] *P. Erejemimotār etê amô ramê cunhám recê, nde puáne nhôte, nitio recê, erericô cunham nde robake, eremonhang arāma nde rimimotára?*

Desejaste muito alguma vez uma mulher só no coração [interiormente], por nada, tiveste uma mulher junto a ti, para satisfazer a tua vontade?

(M. 30) [1750] *P. Erejemimotār etê, amô ramê apýaba recê?*

[1751] *P. Erejemimotār etê amô ramê apyába recê.*

Às vezes tu desejaste muito um homem?

[1750] *P. Erecipiāc ramê cunhá iporānga porýb erenheēng ndepyāpe, tomarāmo xaricô quaê?*

(H.32) [1751] *P. Erecipiá ramê cunham iporānga porýb, erenheéng nde puápe tomáramo xericô quaê?*

Ao olhares uma mulher mais bonita, falaste para ti mesmo [para teu coração] “quem dera eu tivesse essa [mulher]”?

(M. 32) [1750] *P. Erecipiãca ramê, corumîm oçû amô, ou apyãba amô, ou carýba, ou Paý amô ereneëng nde pýape nhôte, tomarãmo xaricô quaê?*

[1751] *P. Erecipiãc ramê coromîm oçû amô, ou apyãba amô, ou carýba ou Pay amô erenheén nde pyápe nhôte tomarãmo xaricô quaê?*

Quando olhaste um rapaz ou um homem ou um branco ou um padre, falaste para ti mesma “oxalá eu copulasse com ele”? (MOTA, 2011, pp.60-61)

Os sonhos também podem ser classificados como pecados por pensamento. Tanto ao homem como à mulher são feitas perguntas acerca de desejos que tiveram escape na forma de sonho.

(H.24) [1750] *P. Nderaipóre ndepoçauçûpe amô ramê?*

[1751] *P. Nde raipóre nde poçauçûpe amô ramê?*

Ejaculaste durante teu sonho alguma vez?

(H.25) [1750] *P. Nde roryb coitê cecê?*

[1751] *P. Nde roryb coitê cecê?*

No final, [quando acabou] te alegraste com isso?

(M. 20) [1750] *P. Eericô apyãba nongãra ndepôçauçûpê?*

[1751] *P. Eericô apyãba nongãra nde poçauçûpe?*

Copulaste com homem [simulacro de] no teu sonho?

(M. 21) [1750] *P. Nde roryb, eropãc reire?*

[1751] *P. Nde roryb eropãc reire?*

Te alegraste ao acordar? (MOTA, 2011, p.61)

O *Sexto Mandamento* foi esmiuçado, nesses manuscritos, nas mais diversas possibilidades, tanto nas modalidades da luxúria como pelas circunstâncias do pecado, ambas preconizadas por vários manuais de teologia, como o de Azpilcueta Navarro. Mas pecar contra a castidade não significava apenas copular fora dos padrões de procriação ou imaginar-se fazendo sexo por meio de palavras ou de pensamentos. A prática da masturbação também é arrolada, nesses confessorários, como uma das formas de incorrer em pecado contra a castidade do corpo. Para Navarro, a masturbação, denominada de “molície”, é um dos pecados contra natura, podendo também ser incluído na categoria de pecados por tocamientos:

Se procurou cayr em pollução ou se deleytou nella vindolhe sem a procurar ou podêdo e devendo impedir ãq não lhe viesse por ocupar a vontade em deleytação da carne ou em conversações e tocamentos que a isso a provocavão, de ãq se podia e se devia apartar: ou pera este fim acinte comeo ou bebeo algũa cousa posto ãq o fizesse por evacuação da natureza e este peccado chamase molicies, hũ dos peccados contra natura. (PORTO, 1552, p. 187)

Sobre o tema, os confessorários setecentistas apresentam:

(H.21) [1750] *P. Ereprocõc iembãe recê, amõ ramê?*

[1751] *P. Ereprocóc iembaê recê amô ramê?*

Alguma vez apalpaste a coisa dela?

(M. 18) [1750] *P. Ereprocõc imbaê recê?*

[1751] *P. Ereprocóc imbaê recê?*

Apalpaste a coisa dele? (MOTA, 2011, p.62)

As perguntas acima expressam o objetivo do confessor em investigar a prática de toques sensuais por parte dos penitentes indígenas. Porém, o confessor não utiliza palavras que explicitem os órgãos genitais. Lembremos que é possível que nesses manuais do Pará se buscasse evitar situações perigosas, tal como predica Navarro: “Que ho deterse muyto nas perguntas desta materya he perygoso pa o confessor e pera o penitente: portanto despidade delas mui preste, preguntandolhe somente ho necessario, e não as particularize nê esmeuce demasiadamente”. (PORTO, 1552, fôlio 186)

Segundo os confessorários:

(H.22) [1750] *P. Nde raipõr ucãr ixupê, ipõ rupi?*

[1751] *P. Nde raipór ucár i xupê ipô rupi?*

Mandaste ela provocar ejaculação com a mão dela?

(M. 19) [1750] *P. Erepirõ pirõc ixupê?*

[1751] *P. Erepirô piróc ixupê?*

Tu lhe ficaste esfregando o membro?

[1750] *P. Nderaipõre nde põ pupê, amõ ramê, nde rimimotãra rupi, erejemimotãra ramê cunhãm recê?*

(H.23) [1751] *P. Nde raiporé nde pô pupé amô ramê nde remimotára rupî, erejemimotara ramê cunhã recê?*

Alguma vez provocaste ejaculação com tua mão por tua vontade quando desejavas uma mulher?

(M.31) [1750] *P.Erepoêm poêm, amô ramê, nde embãê recê, erejemimotâr ramê?*

[1751] *P.Erepoém poém amô ramê nde mbaê recê erejemimotâr ramê?*

Ficaste pondo a mão na tua coisa alguma vez, quando estavas com desejos?

(M.35) [1750] *P. Erepoêm poêm ucâr nde embãê, nexapixára etâ çupê?*

[1751] *P. Erepoém poém ucâr nde embaê, nde rapixára etâ çupê?*

Mandaste tuas companheiras tocarem na tua coisa?

(M.36) [1750] *P.Erêpoêm poêm, amô nderapixára mbãê, eremocarâi ramê?*

[1751] *P. Erepoém poém amô nde rapixára mbaê eremoçárai ramê?*

Ficaste tocando na coisa da tua companheira por brincadeira? (MOTA, 2011, fólio 62)

O tema da masturbação é relevante para o confessor, considerado o número de perguntas reservadas a ele (oito) e o detalhamento dessas perguntas, superando o tema do incesto (cinco) em número e em extensão. Beijar, abraçar, dançar, brincar e embebedar-se podem ser classificados como pecados da castidade por “tocamentos deshonestos”. Segundo Navarro, peca-se nesta categoria quando

Se se deleytou em falar, cantar ou ouvir palavras torpes deste vicio deliberadamente, ainda que não tivesse proposito de ho por em obra (...) se com acenos, palavras, musicas ou outros sinaes provocou a amor mortalmente mau ou curou que outro o acõpanhasse a algũ acto mortal de luxuria. (PORTO, 1552, p.186)

Os “tocamentos desonestos” deviam ser evitados, pois provocavam ou induziam a atos de luxúria. Nesse sentido, a pergunta de número 17 para homens e a de número 14 para mulheres citam a dança como pecado da castidade. Porém, para Lagarra, dentro do casamento, esses “tocamentos” são permitidos: “Perg. São licitos os tactos, vistas, osculos, e palavras amatorias nos casados *absque ordine ad copulam*? R. Que são licitos, não havendo perigo de polluçãõ; porém seraõ peccados veniaes, se os tem *ob solam voluntatem capiendã*, não os ordenando a fim honesto”. (LAGARRA, 1735, p.144)

Sobre a dança, os confessionários apresentam:

(H. 17) [1750] *P. Ereporacēi, cunhām etā irūnāmo?*

[1751] *P. Ereporacēi cunhām etā irúnamo?*

Dançaste com mulheres?

(M. 14) [1750] *P. Ereporacē raceya, apyába etā irunāmo?*

[1751] *P. Ereporacê racéya apyába etā erúnamo?*

Ficaste dançando com homens? (MOTA, 2011, p.63)

O ato de brincar aparece assim com o sentido de “gracejar”, provavelmente com o objetivo de incluir os jogos amorosos que não envolviam necessariamente a prática sexual.

(H. 18) [1750] *P. Erejojarū cunhām etā, amō ramē, ou cunhām mocū etā?*

[1751] *P. Erejojarū cunhām etā amoramê, ou cunhā muçu etā?*

Brincaste de vez em quando com mulheres ou moças?

(M. 15) [1750] *P. Erejojarū jarū, apyába etā?*

[1751] *P. Erejojarū jarū apyába etá?*

Ficaste brincando/gracejando com homens? (MOTA, 2011, p.63)

Os atos de abraçar e beijar também são condenados nos manuais setecentistas. A construção do termo “beijar”, em tupi, é feita por meio do verbo *pitér*, também utilizado para traduzir “chupar a boca”.

(H. 19) [1750] *P. Erejumāne, amō ramē, cunhām amō?*

[1751] *P. Erejumāne amō ramê cunhām amô?*

Alguma vez abraçaste alguma mulher?

(M. 16) [1750] *P. Erejumān?*

[1751] *P. Erejumán?*

Tu [os] abraçaste?

(H. 20) [1750] *P. Erejurupitēr cunhá amô?*

[1751] *P. Erejurū pitēr cunhām amô?*

Beijaste alguma mulher?

(M. 17) [1750] *P. Erejurũ pitêr?*

[1751] *P. Erejurũ pitêr?*

Tu [os] beijaste? (MOTA, 2011, p.63)

Em Lagarra, encontramos a seguinte referência:

Perg. Os osculos, e abraços, quando se dão por causa de amizade, e segundo o costume da patria, são licitos? R. Que sim; porque são sinais de mutua benevolencia; porém se os abraços, e osculos entre solteiros forem com o motivo de ter deleitação carnal ou sensual, são peccados mortaes daquella especie, a que são ordenados. (LAGARRA, 1735, p.333)

Para o suposto confessor, o estado de embriaguez deve ser considerado um pecado contra a castidade (a integridade do corpo) ou uma circunstância a ser combatida, já que propicia ao penitente incorrer em práticas sexuais não aprovadas.

(H. 29) [1750] *P. Nde caũ ramẽ, erecenõĩ ucãr cunhá amõ, nde remiricõ rupĩ, ou amõ abã çupê?*

[1751] *P. Nde caũ ramẽ erecenoi ucãr cunhãm amõ nde remiricõ rupĩ, ou amõ abã rupĩ?*

Quando bêbado, mandaste tua mulher ou algum homem chamar uma mulher?

(M. 29) [1750] *P. Nde cau rame, erejemien meẽng apyãba etã çupê?*

[1751] *P. Nde caũ ramẽ erejemeen meẽng apyãba etã çupê?*

Quando bêbada, ficaste te entregando a homens? (MOTA, 2011, p.64)

Os “*Confissionarios*” setecentistas não apresentam perguntas referentes ao nono mandamento, que figura no *Vocabulário da língua brasílica* de 1751 apenas na listagem geral do decálogo enunciado como “9. *Enhe mo motár umê = nde rapixára = remirecõ recê* (ANÔNIMO, 1751, fólio 76) (Não te faças desejar pela esposa do teu próximo)”. Outra “fórmula” utilizada nos manuais de teologia moral para fazer referência ao Sexto Mandamento é “*Não fornicarás*” e, na sequência, uma série de atitudes sexuais desaprovadas. A teologia moral europeia afirma que nesse mandamento há um universo muito maior de possibilidades de se cometerem infrações do que nos outros. Analisemos, por ora, um desses *manuais de teologia europeu*, também do Setecentos, para compreendermos como a moral tridentina é veiculada em escritos divulgados pela Europa e como ela foi traduzida no material catequético em tupi.

A *Conducta de Confessores no Tribunal da Penitencia*, aborda uma espécie de “pecado da castidade” cuja análise é especialmente necessária aqui:

Os mais enormes peccados são os de **bestialidade**, que são os que se commettem com animaes irrationaes, tendo algum ajuntamento luxurioso com elles: os que se commettem com pessoas do mesmo sexo, ou com as de differente sexo, mas de hum modo contra o natural; e os que cada hum commette comsigo mesmo [...]. (BORROMEU, 1794, p.144)

A *bestialidade*, classificada como “pecado contra a natureza” e considerada “um dos mais enormes pecados”, não consta das perguntas dos *confessionários* tupi impressos (ARAÚJO, 1618; e LEÃO, 1686) e tampouco é abordada por José de Anchieta, no diálogo em que dirige uma pergunta à mulher questionando se ela havia se masturbado até sua vulva ficar vermelha e ferida (ANCHIETA, 1992, p.95). Pode-se supor, com isso, que não foi o pudor missionário que impediu o jesuíta de questionar seus penitentes sobre a prática sexual com animais.

O tema da bestialidade é recorrente nos *manuals de teologia* europeus, em que, além de sexo com animais, chega a significar a relação sexual com o demônio. Ele pode aparecer ao penitente na forma do defuncto de uma pessoa amiga ou transfigurado em um parente, fazendo pedidos ao penitente, que deve de todas as formas resistir.

Se teve actos torpes com o demonio? Que entãõ commetteo peccado *contra naturam*, e de fornicaçãõ, ou de bestialidade, ou de sodomia, ou de adulterio, *si coeat cum daemone figuram belluinam habente, vel in specie mulieris affectu fornicario, adulterino, vel sodomitico (...)* Advirta-se III. Que o demonio costuma muitas vezes apparecer transformado em algum defuncto amigo, ou parente daquella pessoa a quem apparece, pedindo-lhe suffragios, ou que lhe cumpraõ alguma romaria, ou que lhe façãõ alguma restituuçãõ; mas naõ se dê credito a similhantes aparições, nem se execute o que nellas se pede”. (DE S. ANTONIO, 1751, pp. 36; 39)

Nos *manuals de penitentes* em línguas indígenas utilizados na América Hispânica, o pecado da bestialidade aparece vinculado ao objetivo missionário de investigar cultos idolátricos praticados através de práticas sodomíticas. Copular com animais era negar a religião cristã e, tal como uma modalidade de paganismo, deveria ser extirpado.

Ausente nos *confessionários tupi* dos séculos XVI e XVII, essa modalidade de pecados contra a natureza, no entanto, encontra eco na documentação tupi setecentista. Tanto o homem quanto a mulher são questionados se mantiveram relações sexuais com animais. A palavra “*mimbábo*”, utilizada para designar “animal de criação”, aparece em documentos coloniais como “gado”.⁵ Serafim Leite afirma que já no século XVII, os índios do Pará conheciam a criação de gado,⁶ o que não descarta a hipótese de que o confessor

5. “Criação. *Mimbábo*” e “Gado. *Mimbábo*”. (Anônimo 1750: 280; 300). “Criação. *Mimbábo*” e “Gado. *Mimbábo*”. (ANÔNIMO, 1751, fólhos 24v; 38), “Gado, animal manso. *Meimbaba*”(ANÔNIMO, 1771, fólio 80v).

6. “Marajó é famosa pela sua indústria pastoril. Nela se admiram, escreve José de Moraes, as maiores e mais dilatadas campinas que tem o Estado, para as criações de gado vacum e cavalari em uma quase maravilhosa produção. Nesta Ilha tiveram também os Jesuítas as suas principais fazendas. Mas a criação começara no Maranhão. Do Brasil tinham

suposto devesse questionar os índios acerca de uma prática sexual existente.⁷

(H.26) [1750] *P. Eericô pecô mimbâbo cunhâm amô?*

[1751] *P. Eericô pecô mimbâbo cunhâm amô?*

Porventura copulaste com um animal (fêmea) de criação?

(M.22) [1750] *P. Eericô mimbâbo ap̄yaba amô?*

[1751] *P. Eericô mimbâbo apyába recê?*

Copulaste com animal de criação macho? (MOTA, 2011, p.66)

Além da bestialidade, outras modalidades de pecado contra a natureza também constam dos “*Confissionarios*” tupi setecentistas, pois toda relação sexual realizada fora dos padrões de procriação configura-se assim.

He contra natura quando não tam somente se pecca cõtra a rezam natural, como nas ditas species se disse, mas ainda contra a hordem que a natureza pera a copula carnal ordenou (...) Como quando pecca homẽ com homẽ, molher com molher: ou homẽ com molher fora do vaso devido; e he peccado gravissimo e abhominavel e indigno de ser nomeado, ainda q~ seja entre marido e molher: **ou quando pecca com bruto animal, que he peccado de bestialidade e he mayor de todos os que sam contra natura.** (PORTO, 1552, p.186. Negrilo meu)

A bestialidade é considerada o mais grave dos pecados *contra natura*, de forma que pode-se imaginar que o confessor do Pará, a par da literatura moral, considerou pertinente incluir dentre as perguntas do Sexto Mandamento questões sobre o sexo com animais. Isso significaria que essa não necessariamente se configurava em uma prática local, na segunda metade do século XVIII. De todo modo, a “bestialidade”, caso existisse naquele momento, não deveria ser considerada mais como prática pagã, uma vez que o público deste manual de penitentes era constituído de índios cristianizados havia pelo menos um século.

Embora o material catequético missionário estivesse baseado nas regras tridentinas, devemos lembrar que as determinações de Trento sofrem adaptações nos manuais de confissão sul-americanos. Anchieta, com sua *Doutrina cristã*, e os “padres doutos do

vindo para a Ilha de S.Luiz, no tempo do P. Figueira, algumas novilhas, e Vieira, ao chegar em 1653, já encontrou algumas vacas na fazenda do Colégio de Nossa Senhora da Luz. Depois êle próprio, em 1659, para início da reprodução cavalariça, pediu ao Provincial do Brasil lhe remetesse ‘um cavalo e duas éguas, que seriam de grande alívio para a Missão’. Ao gado vacum e cavalariça se juntou logo o bovino e se estendeu pouco e pouco por todo o Estado, desde o Maranhão ao Amazonas. (...) No Pará a primeira criação, em pequena escala, foi ainda na terra firme, durante o governo do mesmo Vieira”. (LEITE, 2000, p.247)

7. Em Lagarra, a questão aparece assim concebida: “P. He necessario explicar na cõfissãõ a especie do animal? R. Que naõ; porque he material que fosse egoa, cabra, & c.” (LAGARRA, 1735, p. 349)

Brasil”, responsáveis pela edição dos confessionários tupi impressos, optaram por excluir, por exemplo, o pecado da bestialidade, investindo em perguntas sobre homossexualidade e masturbação, também consideradas pecado contra a natureza. Há, portanto, uma especificidade na pergunta sobre sexo o com animais, nos “*Confissionarios*” setecentistas do Pará, que pode ser explicada tanto pela continuidade de temas da literatura moral europeia como pode ser um registro etnográfico dos missionários sobre as práticas rituais dos penitentes indígenas que confessaram.⁸

Francisco Lagarra explica a concepção de pecado contra a natureza, também chamado de *contra natura*: “Perg. Por q̃ se chamaõ peccados *contra naturam*? R. Porque são contra aquillo, para o qual a natureza ordenou o acto venereo, q̃ he a geraçaõ”. (LAGARRA, 1735, pp.347). Quanto às outras modalidades de pecados *contra natura*, a sodomia pressupõe a cópula anal, que é traduzida nos *Confissionarios* tupi com a metáfora de “rasgar, penetrar”, como já foi assinalado. O *Diccionario da Língua Geral do Brasil de 1771* traz o verbete “Rasgada couza. Çoroc *pyra*”. Em uma tradução literal, o missionário deveria perguntar: “Você rasgou alguém?” O termo “*aba*” também é aplicado para designar “alguém” e não apenas “homem”. A tradução “homem”, porém, parece ser a mais procedente, tendo em vista que, anteriormente, o confessor já havia perguntado se o índio havia “furado” uma mulher. Repetir a mesma pergunta com outras palavras seria uma redundância sem sentido, até mesmo porque é necessário seguir a lista de pecados da castidade. Assim, a pergunta de número 27 refere-se ao coito homossexual anal masculino, em que o penitente é personagem ativo no intercuro sexual.

As perguntas subsequentes (28, para homens, e 23, para mulheres) referem-se à cópula sexual anal em que o penitente é passivo. A teologia reprova o coito anal ainda que seja dentro do casamento, pois, nesta situação, a cópula é realizada fora do “vaso natural” da mulher, sem o objetivo da procriação e, nesse caso, seria cópula pecaminosa.

O teólogo Lagarra enfatiza o caráter minucioso que deve ser usado pelo confessor ao tratar do pecado da sodomia: “Note-se, que neste pecado de sodomia se hade explicar na confissaõ se foy agente, ou paciente” (LAGARRA, 1735, p.349). Essa orientação é seguida pelo suposto confessor.

(H.27) [1750] *P. Eresurúca, abã amõ çupê?*

[1751] *P. Eresurúca aba amô?*

Penetraste um homem?

(H.28) [1750] *P. Nde surúca abã amõ?*

[1751] *P. Nde suruca abã amô?*

8. Estamos desenvolvendo uma hipótese sobre essa especificidade dos confessionários paraenses para um próximo artigo.

Foste penetrado por homem?

(M.23) [1750] *P. Nde surūca apỹaba amo?*

[1751] *P. Nde surúca apyába amô?*

Um homem te penetrou? (MOTA, 2011, p.69)

Aparentemente, os confessionários paraenses não investigam a prática de relações sexuais entre mulheres. Uma análise minuciosa e interpretativa do Sexto Mandamento, no entanto, possibilita dizer que o fazem sutilmente, como mostra a documentação tupi setecentista:

(M. 29) [1750] *P. Nde caū ramē, erejenōn jenōng, nderapixāra irunāmo, erericō arāma apyāba nongāra?*

[1751] *P. Nde caū ramē erejenón jenón nde rapixāra irúnamo erericô arāma apyába nongāra?*

Quando bêbada, ficaste deitada com uma companheira, simulando cópula como homem? (MOTA, 2011, p.69)

Além de a mulher ser acusada de pecado por haver deitado com outra, fazendo o papel do homem na relação sexual, sua ação era agravada pelo fato de estar bêbada. A bebida aparece nos manuais de teologia como responsável pela perda do juízo do penitente (EVANGELISTA, 1760, pp. 278-279) e é perigosa principalmente aos jovens, pois o vinho usado pela juventude a faz ter aumentado o apetite, segundo nos aponta o manual de penitentes,

A virtude da castidade symboliza-se no lirio, no qual se achaõ seis folhas, e se figuraõ seis cousas muito necessarias para a boa observancia da pureza, e honestidade religiosa. A I. folha deste symbolico lyrio, he a temperança, e moderação no comer, e beber. Por cuja razaõ disse o Doutor Maximo, que a virgem ha de fugir do vinho, como de veneno; porque o vinho na mocidade he dobrado incendio do appetite". (DE S. ANTONIO, 1751, p.160)

Tal como afirmamos em nossa tese de doutorado em 2017, a doutrina dos confessionários tupi é a católica e, por isso, a pesquisa da dissertação continua atual no sentido de que é possível cotejar os documentos europeus com os confessionários americanos e acompanhar a continuidade da doutrina. As especificidades das perguntas do Sexto Mandamento dirigidas a penitentes indígenas como a prática de relações sexuais com animais, porém, são interpretadas como pistas para chegarmos ao penitente indígena no Pará do século XVIII que, embora reduzido por doenças e pelo devastador processo de colonização, não pertencia a uma única etnia. Segundo a conclusão a que chegamos

na tese, a autoria institucional dos manuscritos paraenses pertence aos franciscanos. A partir dessa premissa, podemos saber quais as características da missão franciscana na Amazônia, e quais relações estabelecidas pelo missionário franciscano com as mais diversas etnias indígenas o levaram a redigir as perguntas sobre a sexualidade indígena consideradas pecaminosas. Essa diversidade de etnias nos leva a termos consciência das especificidades das perguntas do Sexto Mandamento, que foram elaboradas de acordo com as práticas rituais dos índios confessados pelos missionários escritores dos manuscritos anônimos que usamos aqui como nossas fontes principais. Nossa primeira pergunta seria quais desses povos indígenas poderiam vir a praticar sexo com animais como prática ritual e, por esse motivo, essa prática, que não aparece nas perguntas dos confessionários de jesuítas como Antônio de Araújo, Bartolomeu de Leão ou José de Anchieta, fontes de nossa pesquisa, encontrara um lugar nas perguntas dos confessionários franciscanos no Pará do século XVIII.

REFERÊNCIAS

ANCHIETA, José de. **Doutrina cristã. Tomo 2: Doutrina autógrafa e confessionário.** Obras Completas 10º vol. Introdução histórico-literária, tradução e notas do Pe. Armando Cardoso SJ. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

ANCHIETA, José de. “Informação dos casamentos dos índios do Brasil”. **Revista Trimestral de Historia e Geografia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, tomo VIII. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1846, pp.254-262.

ANÔNIMO. **Diccionario da lingua geral do Brasil que se falla em todas as villas, lugares e aldeas deste vastissimo Estado.** Escrito na Cidade do Pará / Anno de 1771. Manuscrito 81 da Biblioteca Geral da Universidade Coimbra, 1771.

ANÔNIMO. **Gramatica da Lingua Geral do Brazil.** Com hum Diccionario dos vocábulos mais uzaaes para a intelligencia da dita lingua. Pará. *Manuscrito 69.* Coimbra: Biblioteca da Universidade de Coimbra, 1750. Disponível em https://digitalis-dsp.uc.pt/bg3/UCBG-Ms-69/UCBG-Ms-69_item1/P474.html.

ANÔNIMO. **Medicina Theologica, ou Supplica Humilde, feita a todos os Senhores Confessores e Directores, sobre o modo de proceder com os seus Penitentes na emenda dos peccados, principalmente da Lascivia, Colera, e Bebedice.** Lisboa: Na Offi. De Antonio Rodrigues Galhardo. Impressor da Serenissima Casa do Infantado. Anno MDCCXCIV, 1794.

ANÔNIMO. **Vocabulário da língua brasileira.** Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Original. Manuscrito.180p. 01,01,014. Pará, 1751.

ANÔNIMO. **Vocabulário na Língua Brasileira.** Manuscrito português-tupi do século XVII, coordenado e prefaciado por Plínio Ayrosa. São Paulo: Departamento de Cultura, 1938.

ARAÚJO, Padre Antônio de. **Catecismo na Língua Brasileira**. Reprodução fac-similar da 1ª edição (1618), com apresentação pelo P.e A.Lemos Barbosa, Professor de Língua Tupi na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1952.

AZEVEDO, João Lucio. **Os Jesuítas no Grão-Pará**. Suas missões e a colonização. Bosquejo Histórico, com varios documentos ineditos. Lisboa: Livraria e Editora Tavares Cardoso & Irmão, 1901.

BÍBLIA SAGRADA. Petrópolis: Editora Vozes. 46.ª edição, 2002.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario Portuguez, e Latino, Aulico, Anatomico (...) e offerecido a ElRey de Portugal, D. João V, pelo Padre D. Raphael Bluteau**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu. 8 v., 1712 – 1728. Utilizei a versão digitalizada: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/1>.

BORROMEU, S. Carlos. **Conducta de Confessores no Tribunal da Penitencia, Segundo as instruccões de S. Carlos Borromeo, e a Doutrina de S. Francisco de Sales**: Impressa por ordem do Senhor Bispo, de Bayeux, para uso dos Confessores da sua Diocese; *Traduzida do Francez*. Quarta Edição. Tomo I. Lisboa: Na Off. De Simão Thaddeo Ferreira. Anno MDCCXCIV. Com licença da Real Meza da Comissão Geral sobre o Exame, e Censura dos Livros 1794.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. **Índios cristãos**: a conversão dos gentios na Amazônia Portuguesa (1653-1769). Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

DE S. ANTONIO, Fr. Francisco. **Arte Theorico-Prática de Confessores muito util e necessaria para administrar com acerto, e receber o sacramento da Penitencia, offerecida á Suprema Magestade de Deos Opt. Max. Incomprehensivel e Perenne Fonte da sua Divina Sciencia donde toda dimana**: Omnis Sapientia à Domino Deo est. Eccli. Cap.I. Pelo seu auctor o Padre Fr. Francisco de S.Antonio. Da Ordem dos Descalços da Sanctissima Trindade R.D.C.C. Ex-Leitor de Theologia Moral, e Examinador Synodal do Bispado de Miranda. Tomo I. Lisboa: MDCCLI. Na Officina de Joseph da Costa Coimbra. Com todas as licenças necessarias, 1751.

EVANGELISTA, Manoel. **Cathecismo dialogico, theatro do desengano, em que se representaõ a doutrina de hũa perfeita confissão o Penitente, e o Confessor**. Obra utilissima para que a todo o Catholico seja facil confessar-se como deve, e instruir-se como necessita. Distribuido em três partes: na primeira se trata o que se deve fazer antes da Confissão: na segunda se ensina, o melhor modo de Confessar; e na terceira se declara o modo mais suave, de que uzará o Penitente para perseverar. Dedicado, e Offerecido á Beatissima Trindade da Terra Jesus, Maria, Jozé pelo Pelo P. M. Fr. Manoel Evangelista, Doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, Qualificador do S. Offici, Examinador das Tres Ordens Militares, e Consultor da Bulla da Cruzada. Lisboa, Na Offic. de Domingos Gonsalves. Anno MDCCLX. Com as licenças necessárias, 1760.

FERNANDES, Florestan. **A Organização Social dos Tupinambá**. Edição fac-similada da edição de 1948 (1.ª edição) do Instituto Progresso Editorial (São Paulo). Brasília: Editora da Universidade de Brasília (UnB); São Paulo: Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC), 1989.

LAGARRA, Francisco. **Promptuário da Theologia Moral, muyto util e necessario para todos os que se quizerem expor para Confessores, e para a devida administração do Santo Sacramento da Penitencia**. S.L., 1735.

LEAM, Bertholameu de. **Catecismo Brasilico da Doutrina Christãa, com o ceremonial dos Sacramentos & mais actos Parochiais.** Composto por Padres Doutos da Companhia de Jesus, aperfeiçoado & dado à luz pelo P. Antonio de Araujo. Emendado nesta segunda impressão pelo P. Bertholameu de Leam da mesma Companhia. Lisboa: Na officina de Miguel Deslandes, MDCLXXXVI, 1686.

LEITE, Serafim S.I. **História da Companhia de Jesus no Brasil.** Volume número 203 da Coleção Reconquista do Brasil, 2ª série. Belo Horizonte: Editora Itatiaia. Edição Comemorativa dos 500 anos da Descoberta do Brasil, 2000.

MOTA, Jaqueline Ferreira da. **A confissão tupi:** a problemática dos confessionários jesuítico-tupi nos séculos XVI-XVIII nas missões do Grão-Pará e Maranhão e do Brasil. 2017. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

MOTA, Jaqueline Ferreira da. **As representações da sexualidade dos índios das missões do Pará em um manual de confessores tupi de 1751.** 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

NÓBREGA, P. Manuel da. **Cartas do Brasil e mais escritos do P. Manuel da Nóbrega.** Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000.

PORTO, Rodrigo do. **Manual de confessores, & penitêtes, em ho qual breve e particular, e muyverdaderamente se decidem e declarã quasi todas as duvidas, e casos que nas confissões soem occorrer acerca dos peccados, absolvições, restituções, e censuras:** Composto por hé religioso da ordem de Sam Francisco da provincia da piedade; foy vista e examinada e aprovada a pres te obra por o doutor Navarro.... Imprenta: Coimbra [Portugal]: Por Barreyra & Alvares, 1552.

SEGURA, J. de. **Confissionario:** assi util para los confessores, y para saber se los penitêtes examinar y confessar: como para conoscernos em algo y tomar caucion y aviso, contra vícios y directos, 1555.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Afoxés 163, 164, 166, 167, 169, 170, 173, 174

Amazônia Maranhense 107, 108

Assédio Sexual 1, 2, 3, 7, 8, 15, 16

B

Belle Époque 37, 38, 43, 44, 161

Brasil 2, 7, 14, 18, 19, 20, 21, 22, 26, 27, 28, 29, 33, 34, 36, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 61, 65, 72, 73, 74, 76, 78, 81, 85, 89, 92, 93, 109, 114, 119, 120, 122, 124, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 139, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 158, 163, 165, 173, 175, 182, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 195, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 220, 221, 230, 231, 233, 255, 265, 266, 269, 273, 274, 275, 276, 277, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 290, 292, 293, 294, 295, 296, 297

C

Camponeses 93, 94, 95, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 106, 127

Comunidades 79, 80, 86, 87, 88, 89, 94, 95, 99, 101, 103, 107, 109, 111, 113, 115, 116, 117, 118, 120, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 184

Cura 145, 150, 154, 155, 156, 157, 159, 161, 162

D

Decolonial 79, 80, 81, 84, 90, 91, 93

Diocese 77, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 177, 178, 180, 186

Ditadura Militar Brasileira 263, 297

E

Educação Infantil 31, 32

Ensino de História 298

Escolas 1, 3, 7, 12, 14, 15, 16, 20, 25, 81, 87, 119, 146, 147, 166, 184, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 282

Esquerda 113, 280, 288, 289, 291, 294, 295, 296, 297

Estudo de Caso 1, 3, 31, 32, 35, 126

Exposed 1, 2, 3, 7, 9, 12, 13, 14, 15, 94

F

Federações Camponesas 94

Feminismo 31, 32, 33, 34, 35, 36, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93

G

Gênero 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 12, 13, 14, 15, 16, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 37, 38, 44, 46, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 217, 265, 298

Geografia 76, 107, 115, 116, 118, 187, 298

H

História 1, 7, 17, 28, 29, 30, 32, 36, 37, 38, 44, 45, 46, 52, 53, 54, 77, 78, 79, 81, 87, 90, 91, 92, 93, 105, 107, 110, 114, 118, 119, 124, 130, 131, 132, 136, 152, 154, 155, 162, 163, 165, 167, 168, 175, 176, 177, 178, 179, 181, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 192, 194, 203, 205, 206, 207, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 242, 255, 257, 258, 259, 261, 262, 263, 264, 270, 271, 273, 274, 275, 281, 282, 283, 287, 288, 289, 297, 298

I

Indígenas 55, 56, 59, 60, 68, 72, 74, 75, 76, 80, 83, 89, 90, 107, 109, 110, 113, 114, 115, 116, 117, 123, 127, 132, 134, 136, 139, 140, 141, 169, 170, 171, 173, 180

Insurgência 132, 141

L

Luta pela Terra 79, 80, 81, 84, 85, 86, 87, 91, 92, 103, 120, 121, 123, 125, 128, 129, 130

M

Medicina 24, 27, 28, 55, 76, 107, 156, 157, 158, 159, 161, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203

Memórias 113, 131, 167, 182, 189, 206, 208, 216, 263, 266, 267, 269, 272

P

Paradigmas 263, 264

Pentecostalismo 144, 145, 148, 149, 150, 151, 153

Peregrina 219, 224, 227

Q

Quilombolas 80, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 123, 125

R

Religião 48, 72, 88, 118, 120, 130, 131, 133, 135, 137, 140, 142, 144, 148, 151, 152, 153, 172, 173, 175, 220, 222, 226

Religiosidade 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 167, 169, 171, 173, 176, 219, 222, 225

Repentista 204, 205, 206, 214, 216

Representações 37, 38, 44, 54, 78, 80, 112, 154, 161, 163, 164, 165, 168, 169, 173, 174,

175, 177, 182, 185, 204, 219, 229, 276, 278, 280

Retratos Fotográficos 37, 38, 39, 43, 44

S

Sala de Aula 1, 2, 3, 7, 10, 12, 14, 15, 31, 205

Saúde 1, 7, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 100, 107, 147, 156, 158, 159, 161, 187, 189, 190, 191, 192, 196, 203, 211, 284

Sexualidade 3, 4, 6, 7, 15, 32, 33, 45, 47, 48, 50, 53, 54, 76, 78, 81, 83, 84, 91, 92

Sociedade Colonial 45, 52

V

Vida Pública 126, 173, 231

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 4

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 4